

A responsabilização humana diante do problema do mal na argumentação antimaniqueia de Santo Agostinho*

Human responsabilization in front of the evil's problem into the anti-manichean argumentation of Saint Augustine

Davi Chang Ribeiro Lin**

Resumo

Agostinho de Hipona se preocupou com a origem e natureza do mal desde sua juventude. A resposta encontrada no maniqueísmo, seita gnóstica que ele aderiu por 9 anos, era confortavelmente fatalista e desresponsabilizadora, pois o mal estava fora de si mesmo, um mal físico e cósmico. Posteriormente, quando Agostinho questiona sua própria passividade e a consistência ontológica do mal, ele adere à ideia neoplatônica do mal como ausência do ser e a concepção cristã do universo criado a partir de um único princípio de bem. Com esse aporte intelectual a seu drama existencial, Agostinho responde pessoalmente em sua conversão cristã ao reconhecer-se pecador e depender da graça de Deus. Sua obra antimaniqueia *De Libero Arbitrio* (*O Livre Arbítrio*) aprofunda a dimensão moral do mal, ao situa-lo interior e subjetivo, na escolha do livre-arbítrio da vontade, enfatizando a dimensão da responsabilização. O mal, posto na dinâmica da liberdade e do livre-arbítrio, responsabiliza o humano e ao mesmo tempo o coloca dependente da graça. Posteriormente, em suas

* Artigo recebido em 31/08/2017 e aprovado para publicação em 24/10/2017.

** Doutorando em teologia pela Faculdade Jesuíta (FAJE). Possui mestrado em teologia pelo Regent College (Canadá). É graduado em psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e especialista em psicologia clínica fenomenológica-existencial.

Retratações, e diante de novos opositores que extrapolam *De Libero Arbitrio* de seu contexto original, Agostinho esclarece que responsabilização e liberdade dependem da ação da graça divina.

Palavras-chave: Santo Agostinho; mal; responsabilização; De Libero Arbitrio; obras antimaniqueias.

Abstract

Augustine of Hippo dealt with the origin and nature of evil from his youth. The answer found in Manichaeism, a Gnostic sect that he followed for nine years, was comfortably fatalistic, for evil was out of himself, a physical and cosmic evil. Subsequently, when Augustine questions his own passivity and the ontological consistency of evil, he adheres to the Neoplatonic idea of evil as the absence of being and the Christian conception of a universe created from a single principle of good. With this intellectual contribution to his existential drama, Augustine personally responds in his Christian conversion by recognizing himself a sinner dependent on the grace of God. His anti-manichean work *De Libero Arbitrio* (*On The Free Choice of the Will*) deepens the moral dimension of evil by placing it inwardly and subjectively in the choice of free will, emphasizing the dimension of human responsibility. Evil, placed in the dynamics of freedom and free will, makes humans responsible and at the same time dependent on grace. Subsequently, in his *Retractions*, and in the face of new opponents who extrapolate *De Libero Arbitrio* from his original context, Augustine clarifies that human responsibility and freedom depend on the action of grace."

Keywords: Saint Augustine, evil, responsibility, De libero Arbitrio, Anti-manichean works.

Introdução: de onde me vem querer o mal?

Agostinho de Hipona (354-430) se interessou desde a sua juventude pelo problema do mal ao sentir o espanto e a surpresa diante de uma contradição na sua experiência pessoal. Ao perceber em si uma propensão ao mal, Agostinho descreve um drama humano radical:

Mas quem me criou? Não foi o meu Deus que não somente é bom, mas é ele a própria bondade? Como explicar que a minha vontade tenda para o mal e não

para o bem? Será isso talvez uma punição justa? Quem plantou em mim esses germes de sofrimento e os alimentou, uma vez que sou criatura do meu Deus que é cheio de amor? (AGOSTINHO, Conf. VII, iii, p.173)

Ao refletir sobre sua vontade de querer o mal mesmo tendo sido criado por um Deus bom, Agostinho se pergunta: qual a natureza e origem do mal? Qual a responsabilidade humana diante deste paradoxo poderoso, vivido já nas crianças e aparentemente involuntário? Sob quais justificativas uma pessoa é responsável diante do mal?

1. Agostinho e o mal: diante da resposta maniqueia

Inicialmente, Agostinho encontrou uma explicação racional em um sistema de aparente sabedoria filosófica que fazia do conflito com o mal seu pilar central: o maniqueísmo. De origem gnóstica, os maniqueus enxergavam bem e mal como princípios ontológicos inimigos desde a criação, um sendo o divino e o outro a matéria, *hylê*. De acordo com Costa (2002, p. 61), no momento das origens cósmicas, as forças eram independentes e sem embates; mas o príncipe das trevas invejou o espetáculo da Luz, o símbolo do bem, e gerou grande tumulto transformando os elementos da matéria em suas emanções. Assim, no estado atual, os princípios do mal e bem se misturaram pela queda da Luz no mundo material. O terceiro tempo será o retorno da Luz à sua procedência, a separação das luzes e a queda da matéria e demônios no inferno. Nesta antropologia, o humano é consequência de uma artimanha do príncipe do mal para manter o bem aprisionado na materialidade. Ao fazer do mal um princípio explicativo e localizá-lo no mundo físico, a seita explicou o senso de conflito entre bem e mal que Agostinho conhecia em sua tendência a uma sexualidade desordenada.

Além de atraí-lo por ressaltar o senso de conflito interno como resultado do embate entre bem e mal como forças ontológicas, o maniqueísmo atraiu Agostinho pela desresponsabilização ao propor que o problema do mal estava fora de si mesmo. Agostinho pensava que o universo era desregulado; que o mal, um princípio ontológico criador, era a base fundamental no qual o problema residia. Para Agostinho, enquanto maniqueu, o mal não era sua responsabilidade; este era inevitável, para além de sua vontade já que o fatalismo determinístico o fazia escravo da matéria. A visão maniqueísta é dualista e propõe que o homem carrega em si duas almas, partes antagônicas. Agostinho descreve sua visão de desresponsabilização:

Conservava ainda a ideia de que não éramos nós que pecávamos, mas alguma outra natureza estabelecida em nós. O fato de estar sem culpa e de não dever confessar o mal após tê-lo cometido satisfazia o meu orgulho; desse modo eu não permitia que curasses a minha alma que pecara contra ti preferindo desculpá-la e acusar não sei qual outra força, que estava em mim, mas que não era eu. Na realidade, tudo aquilo era eu, mas a impiedade me dividia contra mim mesmo. (AGOSTINHO, Conf. V, x, p. 128-129)

No maniqueísmo, o mal era algo natural, mas não moral. Costa (2002, p. 103) afirma que a explicação maniqueia é ontológico-cosmológico-materialista, em que o mal moral não existe, somente o mal físico ou cósmico. Pessoalmente, Agostinho chega aos seus quase trinta anos sem responsabilização pelo mal em si mesmo: a responsabilidade recaía sobre o princípio ontológico do mal; porém ao desresponsabilizar-se Agostinho não fora capaz de encarar e enfrentar o mal que habitava em si mesmo.

Por volta do ano 383, aos 29 anos de idade, a desconfiança de Agostinho quanto ao maniqueísmo já estava bem arraigada. Dentre as várias razões¹ que levaram Agostinho a rejeitar o maniqueísmo, destaca-se neste trabalho a questão metafísica, na falta de uma explicação coerente diante do problema do mal. Agostinho relata que seu amigo Nebrídio lhe indicara o contrassenso da passividade e do fatalismo: “o que poderia fazer contra Ti essa raça de trevas, que habitualmente os maniqueus utilizam como massa hostil, se tivesses recusado combatê-la?” (AGOSTINHO, Conf. VII, ii, p. 171) Levanta-se a possibilidade de uma desfatalização do mal e da consequente emergência da dimensão ética.

A estes questionamentos, soma-se o encontro com o bispo Ambrósio de Milão que explicava a origem do mundo material a partir da bondade de um Criador espiritual. Este relacionamento é parte importante na mudança de concepção ao causar grande impacto na atitude de Agostinho quanto ao cristianismo. Ambrósio satisfatoriamente responde às objeções maniqueias quanto à Escritura, revigora sua visão de Deus e sua confiança na Igreja Católica. Em relação ao problema do mal, ao contrário de uma resposta de que o mal está na matéria, Ambrósio sustentava que Deus criou voluntariamente tanto as coisas corpóreas e incorpóreas, sem deixar de ser totalmente espiritual. Posteriormente, já cristão, Agostinho escreveu trabalhos de exegese como *Comentários sobre o Gênesis*, nos quais

¹ A conversão de Agostinho ao cristianismo e, portanto, a uma nova concepção sobre o mal, inclui a insatisfação da resposta maniqueia à problemática do mal; porém é multifacetada e não se reduz a esta. Costa (2002, p.123-124) argumenta que o abandono do maniqueísmo ocorreu não apenas pelo problema do mal, mas também pela ausência de cientificidade (quanto ao ser caráter racional), escriturísticas (ausência de fundamentação as críticas ao Velho Testamento) e morais (ausência de vida ascética dos seguidores).

refutaria a explicação do mito das origens maniqueu e defenderia a criação do mundo como consequência de um único princípio de bondade.

Tendo deixado o maniqueísmo, Agostinho encontra no neoplatonismo uma explicação alternativa de que o mal não tem consistência ontológica. Plotino sugere o mal como a ausência do ser, o não-ser, uma aparência enganosa. Ao reconhecer o mal como o nada (que não forma substância) Agostinho presta a se converter ao cristianismo, deixa de reconhecer o mal como princípio explicativo.² Ao desessencializar o mal, os neoplatonistas influenciaram Agostinho a um retorno à interioridade e à responsabilização. Com uma concepção filosófica madura, que enfoca o dinamismo da vida interior, os neoplatonistas permitiram uma alternativa à concepção maniqueia.

Agostinho descreve sua conversão à fé cristã como o inundar da luz e a ausência da sombra: “dissiparam-se em mim todas as trevas da dúvida, como se penetrasse em meu coração uma luz de certeza.” (AGOSTINHO, Conf. VIII, xii, p. 227). De acordo com Evans (1995, p. 16), esta sentença descreve o princípio que resolveu o problema do mal: onde brilha a luz não pode haver trevas. Quando vem a luz, torna-se claro que as trevas não passaram de ausência de luz. Onde existe o bem, o mal foi lançado fora; está claro que não passou de ausência de bem. Agostinho reconhece uma nova posição na qual o mal se torna a ausência do ser e não mais o princípio explicativo.

A conversão de Agostinho é um radical posicionamento diante do mal dentro de si mesmo e um aderir ao bem, “vistam-se do Senhor Jesus Cristo, e não sigam os desejos dos instintos egoístas.” (Romanos 13:14) Inspirado na vida ascética de Santo Antônio, Agostinho vende seus bens, decide buscar uma vida íntegra de pobreza e autodoação que responde ao mal em si mesmo reconhecido na sua natureza pecaminosa egocêntrica e autocentrada.

Concluimos que, embora Agostinho tenha achado no maniqueísmo uma opção inicialmente satisfatória, esta concepção de um mal cósmico, fatalista, impediu sua responsabilização, a emergência de uma resposta ética diante de um mal moral. Diante desta lacuna, ele inicia um período de questionamento ao sistema maniqueu que o leva a interrogar-se da consistência ontológica do mal. Agostinho adere então à ideia neoplatônica do mal como ausência do ser e a concepção cristã do universo criado a partir de um único princípio de bem. Com esse aporte intelectual a seu drama existencial, Agostinho responde pessoalmente em sua conversão cristã ao reconhecer-se pecador e depender de Deus para vencer o mal dentro de si mesmo.

² Neste sentido, o neoplatonismo teve papel importante em sua conversão intelectual; esta precedeu sua conversão moral no jardim de Milão.

2. O livre arbítrio (*De libero arbitrio*)

Dentre a extensão de seus escritos antimaniqueus³ a obra agostiniana mais relevante e aprofundada sobre a responsabilização humana diante do mal é *O Livre Arbítrio*. O mal não é situado exterior a si mesmo, como queriam os maniqueus, porém, é mal interior e subjetivo, situado na escolha livre da vontade, no livre arbítrio. Nesta parte do trabalho, discutiremos sobre o que torna esta obra singular e explicitaremos a argumentação central do livro I, por esta descrever a trajetória da responsabilização humana diante do mal.

A originalidade desta obra, de acordo com Paula Silva (2001, p. 20-21) em apresentação do livro, é que Agostinho compartilha detalhadamente seu próprio percurso racional depois de cerca de nove anos como maniqueu, incluindo os subsídios e argumentos que ele precisou para se desgarrar do que agora ele considerava irracionalidade. Agostinho descreve a formação da obra como uma discussão lógico-racional cuidadosa levando à conclusão da origem do mal não em um princípio ontológico alheio ao humano, mas no próprio interior da vontade, no livre arbítrio. É dividida em três livros e historicamente se situa no início de sua caminhada cristã.⁴ Apresenta caráter filosófico e dialogal, tendo seu amigo Evódio como interlocutor.

Uma vez que ainda nos demoramos em Roma, quisemos investigar, em estilo de discussão, qual a origem do mal [...]. Depois de termos discutido atentamente entre nós, e pesado os argumentos, concluímos que o mal não tem outra origem a não ser o livre arbítrio da vontade. Os três livros a que esta discussão deu origem designaram-se *Acerca do Livre Arbítrio*. De entre eles, o segundo e o terceiro terminei-os como pude, em África, quando já tinha sido ordenado presbítero, em Hipona. (AGOSTINHO, *Retract.1*, IX, i)

³ Acerca das obras antimaniqueias de Agostinho, destacam-se o enfrentamento direto dos argumentos de opositores maniqueus, como Fortunato, Felix, Adimanto e Fausto; a crítica aos costumes da seita ao contrastá-los com a razoabilidade da Igreja Católica como em *De Moribus Ecclesiae Catholicae et de Moribus Manichaeorum*; os trabalhos de exegese "Comentários sobre Gênesis", defendendo a interpretação cristã da criação e até a exegese dos escritos Maniqueístas, como em "A Natureza do Bem" (*De natura boni*) e (*Contra epistulam Manichei quam uocant Fundamenti*). Podemos incluir também, mesmo que indiretamente, a sua obra autobiográfica "Confissões", na qual narra as perplexidades e incoerências que o conduziram ao maniqueísmo.

⁴ *O livre Arbítrio* é uma obra composta ao longo de vários anos. Seu início situa-se no fim da década de 380, quando Agostinho já havia renunciado sua carreira como professor de retórica em Milão e, tendo entregado suas propriedades aos pobres, dedicava-se à meditação da sabedoria cristã e vida ascética com alguns amigos. Temporariamente residia em Roma. A provável data de término do terceiro livro foi por volta de 395; foram tantas questões discutidas que a terceira parte da obra foi terminada cerca de 7 anos depois do seu começo.

O Livre Arbítrio se torna, portanto, obra fundamental para reconhecer a posição agostiniana em sua argumentação filosófica que o levou a abandonar o maniqueísmo e localizar o mal na vontade.

A questão que implicitamente perpassa a obra é o problema de como as seguintes afirmações podem ser reconciliadas: a- Deus é bom; b-Deus é o criador de todas as coisas; c-Existe mal no mundo. Neste dilema, a primeira pergunta do livro I trata da responsabilidade divina diante do mal: "É Deus o autor do mal?" A resposta destaca que Deus é bom e não causa o mal moral; ele, entretanto, causa o mal da punição. Agostinho distingue entre ser o causador do mal e exercer justiça e a penalidade adequada. Deus não é o agente do mal, mas castiga os perversos sem contradizer sua bondade. Ao responder que Deus não é o gerador do mal moral, Agostinho salvaguarda implicitamente sua premissa: o Deus de Abraão, Isaque e Jacó é onipotente e imutável, o criador de todas as coisas boas e o soberano que governa. Sua visão da natureza de Deus contradiz os maniqueus, que nutriam uma fraca compreensão do divino, corruptível e passível de sofrer dano⁵. Ao defender que Deus não causa o mal moral, Agostinho reafirma que, quando as pessoas fazem o mal, elas são a origem da sua própria maldade.

Uma das outras grandes questões abordadas no livro I (e aprofundada nos livros II e III) é a possibilidade de traçar a gênese do mal moral a Deus e responsabilizá-lo considerando que ele é indiretamente a causa do mal. Se o pecado vem da alma, e esta provém de Deus, os pecados decorrem indiretamente de Deus? Agostinho não responde prontamente a questão, mas a discorre sobre o que é fazer o mal e o que é a maldade; só na conclusão do livro I é que ele finalmente responsabiliza o humano ao ressaltar o livre-arbítrio da vontade. Antes de chegar a esta conclusão final, Agostinho segue um caminho argumentativo longo e detalhado. Sua resposta preliminar é que a maldade é um desejo desordenado, concupiscência, "o amor daquelas coisas que alguém pode perder contra a vontade dele." Ao apontar para a desordem dos desejos e um defeito na vontade, Agostinho ressalta o mal moral no interior do humano. Porém, nem todo ato aparentemente mal é fruto de um desejo desordenado. Para reconhecer que algo é mal, não é suficiente olhar o ato externo, mas considerar o estado interno que está na raiz da ação (um assassino pode matar por acidente ou autodefesa). É necessário um critério externo, uma lei, que permite o discernimento de uma vida ordenada.

Agostinho descreve duas leis, a lei temporal e a lei eterna; a primeira é o viver apropriado por obedecer às leis do país que preservam a sociedade e a segunda é a ordenação perfeita de todas as coisas. Quem vive debaixo da lei eterna ama as coisas perenes, uma boa vontade, as virtudes e recebe uma vida feliz como consequência. O amor é a força motriz, um chamado para purificar o amor afastando-se das atrações fugidias. No caso da lei

⁵ No mito originário maniqueu, o princípio das trevas vê a grandeza da luz, tem inveja e causa confusão. O princípio da luz é atacado e está em uma luta de poder equivalente com as trevas.

temporal, apesar de ser necessária, ela tem sua procedência do medo e o risco de perder as coisas efêmeras. O mal, por conseguinte não se baseia somente na lei terrena mas em agir contra a lei eterna e sua completa ordenação. No ser humano perfeitamente ordenado, a razão comanda a parte irracional da alma e os desejos desordenados do pecado não escravizam a mente.

Agostinho lista uma série de forças externas que poderiam controlar a mente e discorre se elas são capazes de dominá-la; se assim fora, o ser humano não seria responsável e capaz de eficazmente lutar contra a concupiscência. Seria o desejo desordenado, ou um espírito mau ou um objeto material mais forte que a mente humana? Estaria o humano fatalmente sujeito ao vício? Agostinho responde negativamente e ressalta que na mente que reina e possui as virtudes não é possível a escravidão ao desejo desordenado, pois a virtude é maior que o vício.

Teria sido melhor se Deus não tivesse dado ao ser humano o livre arbítrio?

Se a resposta é afirmativa, então Deus deve ser culpado pelo mal moral cometido pelo homem e a mulher. Porém, se o humano não recebesse o livre arbítrio, não haveria nem a possibilidade de fazer o mal, nem uma resposta pessoal em favor do bem. Não existiria a liberdade de escolha em favor do bem moral.

Agostinho e Evódio discutem também a natureza da vontade. O que é uma boa vontade? É aquela pela qual pretendemos viver correta e dignamente para alcançar a maior sabedoria. Uma boa vontade vale mais que riqueza, honra ou prazeres físicos. A vida feliz consiste na ordenação da vontade que permite as virtudes da prudência, fortaleza (fortitude), temperança e justiça; possuir essas virtudes torna a felicidade real. O ser humano, que depende da boa vontade para alcançar a vida virtuosa, se torna responsável por sua bondade ou maldade. Felicidade e boa vontade são correlatas; não é suficiente querer ser feliz, mas é necessário amar as coisas eternas. Aqueles debaixo da lei eterna são felizes, pois não se deseja o que se pode perder; pelo contrário, almeja-se as virtudes eternas.

No final do livro I, Agostinho e Evódio concluem que fazer o mal é o negligenciar das coisas eternas e o buscar das coisas temporais; o mal está, portanto, localizado nesta escolha da vontade que se afasta das realidades divinas. O mal foi imputado para o livre arbítrio da vontade e o ser humano é responsabilizado; mas se o mal foi posto na dinâmica da liberdade, emerge também a possibilidade da escolha em buscar o Deus que é fonte de todo bem.

3. Esclarecimentos sobre o livre arbítrio em retratações: até onde vai a responsabilização humana?

Posteriormente, em *Retratações*, Agostinho rebateria os pelagianos que extrapolariam *O Livre Arbítrio* de seu contexto original; de acordo com o hiponense, estes expõem o tema do livre arbítrio da vontade sem deixar lugar para a graça de Deus. Agostinho clarifica que *O Livre Arbítrio* tem na resposta cristã à controvérsia maniqueia sua razão e justificativa, tanto sutilmente quanto explicitamente pois a discussão entre Agostinho e Evódio havia sido suscitada em resposta aos que culpavam Deus e negavam que o mal tinha sua origem no livre arbítrio da vontade.

Em *Retratações*, Agostinho precisaria esclarecer que o debate sobre a graça não está presente em *O Livre Arbítrio*, obra do século anterior, visto que os opositores pelagianos ainda não existiam. Silva ressalta que mesmo quando no livro III Agostinho já lida com a questão do pecado original e suas implicações para a atual condição humana, o escopo da discussão desta obra é circunscrito às questões do início de sua vida cristã e à refutação da seita maniqueia (SILVA, 2001, p.18). *O Livre Arbítrio* tem como objetivo prioritário investigar a causa do mal; nos debates de décadas posteriores contra os pelagianos, o hiponense investiga a maneira como retornar ao bem ou alcançar um bem maior. Neste sentido, a graça de Deus que auxilia o humano a reerguer-se do pecado, não fica em evidência.

Se em *O Livre Arbítrio* o tema da graça divina é ausente e o foco recai sobre a responsabilidade humana quanto ao próprio pecado, podemos afirmar, contudo, que a responsabilização precede e encaminha o humano para aceitar a graça. Esta é para Agostinho a 'caridade infusa no coração', uma impressionabilidade aguda no íntimo da vontade. Segue-se então o seguinte raciocínio: quando o humano se depara com sua contradição interior perante o mal e o pecado, este tem a possibilidade de se responsabilizar e tornar-se agente na luta por uma vontade ordenada, como enfatizado nas obras antimaniqueias. Mas ao reconhecer sua fragilidade, a incapacidade de realizar o bem por si mesmo, este permite que a graça de Deus reestruture e jogue luz nas trevas interiores.

No primeiro estágio, o mal precisava ser desfatalizado para fazer emergir a dimensão ética, pois na responsabilização possibilita-se a dimensão da liberdade. No segundo momento, ao defrontar-se impossibilitado de realizar o bem por si só, o humano permite que Deus o toque no íntimo. Agostinho esclarece que somente quando a graça de Cristo toca no mais pessoal há verdadeira liberdade. É ela que, atuando em meio à fraqueza humana, leva alguém a conhecer o que se deve fazer, praticar o que se conhece, acreditar no que se deve amar e amar o que se crê. (AGOSTINHO, 1999, XII, 13, p. 227)

No debate de décadas posteriores a *O Livre Arbítrio*, Agostinho reconhece que a vontade do bem não corresponde à capacidade de executá-lo. Os pelagianos acreditavam que no humano o poder e o querer coincidem com o realizar; nesta visão voluntarista, a graça é reduzida à força da vontade. A antropologia agostiniana não vê a graça como inscrita na

natureza; é uma concepção menos 'otimista'⁶ e mais dramática, que enfatiza o papel da graça como intervenção divina na vontade.

Conclusão: uma responsabilização graciosa

Concluimos que, no percurso do questionamento sobre o mal, Agostinho achou no maniqueísmo uma resposta comodamente desresponsabilizadora ao seu problema existencial. Durante quase uma década, a explicação maniqueia o seduziu ao explicar seu conflito interno como resultado do embate entre bem e mal, como forças ontológicas externas a si mesmo; a consequência foi uma concepção fatalista de um mal cósmico (mas não moral) que impedia uma resposta ética radical em favor do bem.

A emergência de um posicionamento acontece quando Agostinho questiona a passividade maniqueia e a consistência ontológica do mal. Agostinho adere então a concepção neoplatônica do mal como ausência do ser e a visão cristã do universo criado por meio de um único princípio de bem. Em sua conversão, Agostinho responsabiliza-se como um pecador, reconhecendo-se responsavelmente dependente de Deus para combater o mal e as trevas que o habitam.

Em sua obra *O livre arbítrio*, Agostinho conclui que a fonte do mal não é um princípio ontológico estranho ao humano, mas está na interioridade, na vontade, no livre-arbítrio. O mal está situado na escolha da vontade que se aparta das realidades divinas. Nesta obra antimaniqueia, o mal é posto como responsabilidade humana, atribuído para o livre arbítrio da vontade. Emerge-se também a possibilidade da liberdade, da escolha pelo bem.

A obra *O livre Arbítrio*, não é, entretanto o fim da reflexão agostiniana sobre o mal. Se neste primeiro estágio, o do confronto com o maniqueísmo, o mal precisava ser desfatalizado e localizado na vontade humana para permitir a responsabilização pessoal e a dimensão ética, no segundo, o debate com Pelágio, Agostinho esclarece que a graça não é inscrita na natureza, mas é a intervenção divina na vontade. É a graça divina que, atuando na fraqueza humana, possibilita a realização do bem e da liberdade. Em Agostinho antimaniqueu e antipelagiano temos, conjuntamente, a afirmação da responsabilização humana e a da dependência do Outro. É Deus quem efetua tanto o querer quanto o realizar, e a Ele o ser humano responsavelmente implora: "desvia os meus olhos para não verem a maldade" (Salmo 119:37).

⁶ A reflexão de Agostinho sobre o mal no debate pelagiano fica marcadamente determinada pela noção de pecado original. Se o mal não tem consistência ontológica, como pode ser transmitido no pecado original? Apesar de refutar o maniqueísmo, Agostinho tem uma formulação quase gnóstica na sua resposta do pecado original, pois apesar de ser antignóstica em sua intenção, ele aponta para a transmissão de uma natureza já marcada pelo mal.

Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, S. *A graça de Cristo e o pecado original*. In Agostinho, Santo. *A Graça*, I. São Paulo: Paulus, 1999.
- _____. *Confessions*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- _____. *Confissões. (conf.)* São Paulo: Paulus, 1984.
- _____. *Las retractaciones. (retract.)* Disponível em:
<<http://www.augustinus.it/spagnolo/ritrattazioni/index2.htm>> Acesso em:
14 jul. 2014.
- _____. *O livre arbítrio*. Braga: Faculdade de Filosofia, 1990.
- BROWN, Peter. *Augustine of hippo: a biography*. Londres: Faber & Faber, 1979.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. *O problema do mal na polêmica antimaniquéia de Santo Agostinho*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002.
- EVANS, Gillian R. *Agostinho sobre o mal*. São Paulo: Paulus, 1995.
- SILVA, Paula Oliveira. *Introdução*. In Agostinho, Santo. *Diálogo sobre o livre arbítrio*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.